

SILVA, Rénan. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 128p.

Gilvana de Fátima Figueiredo GOMES*

O lançamento, em 2015, da obra *Lugar de dúvidas - sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança*, acrescenta mais um título à coleção *História e Historiografia* que visa, prioritariamente, fazer circular entre estudantes e pesquisadores de história brasileiros, títulos que embora não contassem com tradução, já inspiravam certa curiosidade local por conta das abordagens instigantes e/ou pela renovação que promoveram nos âmbitos temáticos, metodológicos e teóricos. *Lugar de dúvidas* é, por certo, um livro instigante, não exatamente por *renovar* algo no campo da história, mas por organizar as angústias e reflexões de um historiador que trabalha distante dos grandes centros culturais de produção de conhecimento histórico. Nisso reside a importância da obra, que surge como indício da profundidade analítica da historiografia latino-americana e logra sistematizar os impactos, positivos e negativos, das recentes discussões promovidas por teóricos europeus e norte-americanos sobre a análise histórica.

O autor, Rénan Silva, é um pesquisador colombiano com formação em História pela *Universidade de Sorbonne (Paris I)*; possui uma produção considerável, publicada ao longo dos anos 2000 e, a partir da História Cultural e Política, investigou as relações entre os intelectuais e o Estado, políticas públicas e cultura popular e o papel da imprensa nos processos de ruptura política. Data de 2007 a publicação de *A la sombra de Clío*, uma coletânea de textos produzidos em momentos diversos e coligidos na forma de livro, ainda sem tradução para o português, que reúnem reflexões a respeito da prática histórica que parecem atravessar a produção do autor e ressurgem em *Lugar de dúvidas*. Questões como a não espontaneidade do ofício do historiador, a unilateralidade dos discursos históricos e a necessidade de historiar as diversas formas de se produzir uma análise histórica com vistas a compreender as condições atuais de produção desse conhecimento são linhas de investigação que interessam ao autor em *A la sombra de clío* e que também estão presentes na obra em tela.

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho", campus de Assis. Assis, SP - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: fichamentoshistoria@gmail.com.

Silva partilha, com Michel de Certeau (CERTEAU, 1982, p. 56-119), a concepção de que seu trabalho é operado a partir de um *lugar social*, de uma *prática* que envolve arquivos, pautas temáticas e orientações epistemológicas e, por fim, de um *exercício de escrita*. Contudo, compreende que nas últimas décadas ocorreu uma redução dessas três dimensões básicas do fazer historiográfico à escrita, fruto, segundo o autor, de diversos fatores dos quais se destaca o avanço dos debates pós-modernos; esse processo de *desestruturação do ofício* afetou grandemente as pesquisas produzidas na Colômbia, país de “escassa tradição de trabalho no campo dos estudos históricos” (SILVA, 2015, p. 17). Acrescente-se a isso, a noção mais ou menos generalizada de que ofício do historiador requer pouca coisa além de interesse por curiosidades e antiguidades, algo que, perigosamente, afasta as exigências de método e faz crer que a análise histórica é uma prática espontânea (SILVA, 2015, p. 107).

É com a intenção de recolocar o ofício do historiador nas dimensões de lugar social e de prática constituída historicamente, e de demonstrar os protocolos de controle de produção desse saber, que o autor enfrentou de maneira sucinta, às vezes provocativa, e sempre firme, algumas das frequentes inquietações de historiadores e historiadoras na passagem do século XX para o XXI.

A partir dessa visão geral, é possível estabelecer uma divisão que não aparece claramente na obra, mas que serve para orientar a análise aqui proposta. Dos seis capítulos que compõem o livro, o primeiro e o último apresentam reflexões amplas sobre o lugar e os usos da ciência histórica e serão tratados mais adiante. Do segundo ao quinto capítulo, analisados já em seguida, o autor promove uma reflexão sobre os riscos metodológicos envolvidos na análise histórica.

Em *O passado é um país estranho* (segundo capítulo) Rénan Silva defende que a interpretação sobre o passado levada a cabo por historiadores não deve ter uma função em si mesma e, sim, servir para que, por analogia, surjam interpretações a respeito das sociedades contemporâneas. Deve-se, para tanto, abandonar concepções que fazem crer que a forma final ou atual de um fenômeno foi ou é sua única forma possível; trata-se de estranhar aquilo que carrega as marcas da familiaridade. A posição oposta, a naturalização das relações passadas e presentes pode, em última instância, levar a universalização de visão de mundo e a todos os riscos que a acompanham; contudo, para além da prática de pesquisa, é preciso que tal direcionamento alcance o “[...] próprio coração do *sujeito da ação histórica* e a suas formas de conhecimento e de

produção de verdade; a suas pregas morais e a suas formas mais ocultas e insuspeitas de comportamento e às suas mais extremas de imaginação” (SILVA, 2015, p. 42; grifo no original).

Pesquisas conduzidas sem esse cuidado tendem a estender para o passado, concepções que só são possíveis a partir de dinâmicas próprias do presente. É a isso que se dedica o terceiro capítulo, *O presente oculta o passado*. Silva defende que não há necessidade de justificar o estudo do passado no presente, se há clareza de que a atualidade é historicamente constituída e, parte dessa afirmação, para criticar claramente a história do tempo presente ao questionar a necessidade de se fundar um novo campo de investigação sob orientações tão pouco claras. Acrescenta ainda, que o gênero (história do tempo presente) surge de maneira ambígua, algo entre história e periodismo informado e, muito cedo, descarta dois dos mais importantes instrumentos de trabalho do historiador: o uso do tempo como artifício que permite enxergar e avaliar a mudança e o recurso ao distanciamento temporal do evento ou, em outras palavras, o uso de um olhar retrospectivo.

Para além da crítica, direcionada principalmente aos projetos de história do tempo presente de matriz francesa, o autor volta sua análise para o caso da historiografia colombiana e identifica um discurso unilateral, instalado nas grandes instituições de pesquisa do país, defendido por pesquisadores das mais variadas escolas, do marxismo ao pós-modernismo, o qual converge para a ideia de que há uma *experiência coletiva desgraçada* compartilhada pelas populações latino-americanas. No caso colombiano, tal opção interpretativa relaciona-se com as experiências contemporâneas de corrupção política, narcotráfico e terrorismo.

Fiados a este modelo da violência e da exclusão constante, as análises promovidas pelas novas gerações de historiadores colombianos apagaram o avanço das instituições democráticas no decorrer do século XX e apresentam sérias dificuldades em perceber que se houve exclusão no âmbito político, houve inclusão do ponto de vista cultural com o avanço do ensino público e a entrada de filhos de camponeses na universidade e com a cultura popular ocupando a agenda das políticas públicas identitárias naquele país. Para o autor, as análises que priorizam a situação de violência são válidas, mas não podem ser únicas, pois, ao reforçarem a ideia de que não houve outra realidade, assumem de maneira precoce a posição de que não pode haver outra realidade.

Diretamente ligado às sombras do presente que obscurecem a diversidade de experiências do passado, *Etnocentrismo e anacronismo* (quarto capítulo) discute esses dois grandes riscos que acompanham cotidianamente pesquisadores das ciências sociais, principalmente, historiadores. Sem apresentar nada de inovador a respeito da definição e dos cuidados que jovens pesquisadores devem ter para não incorrer em tais erros – afinal, o autor reclama programas metodológicos de autores modelares como Malinowski, Levi Strauss e Lucien Febvre que teriam superado a “ameaça de reduzir o *estranho ao próprio*” (SILVA, 2015, p. 62; grifo no original) -, Silva aconselha a leitura dos clássicos, preferencialmente aqueles que trazem análises sobre realidades e sociedades diversas, posto que tais obras tendem a pluralizar a visão de mundo dos profissionais em formação. Reforça, ainda, que a correta delimitação dos conceitos com os quais se pretende trabalhar afasta das análises as ‘noções confusas’ que podem comprometer o resultado final.

Contudo, o autor adverte que anacronismo e etnocentrismo não são problemas de formação, embora essa etapa da vida profissional possa ser um determinante. Para Silva, é a forma de organização social vigente na contemporaneidade que impede a construção da alteridade sem o peso dos juízos de valor. A experiência empobrecida do presente, em termos próximos àqueles defendidos por Walter Benjamin (BENJAMIN, 1993. p. 114-119), tem vínculos estreitos com os fenômenos da violência e com a presença do terror e do terrorismo; enclausurados, e supostamente protegidos, em sua área de conforto, os jovens tem dificuldade para conhecer e compreender outras realidades que não sejam as suas. Essa experiência fragmentada criou *umbigos inexistentes no mundo* e fomentou julgamentos unilaterais. Assim, os primeiros momentos de vida dos sujeitos sociais, que irão mais tarde se apropriar dos mecanismos de produção de conhecimento científico, histórico e social, são marcados pela ausência de contato prático com a diversidade da experiência humana e, por mais que sejam constantemente alertados sobre os males do anacronismo e do etnocentrismo e que se esforcem para superá-los em suas análises, os resquícios da vida segregada que muitos desses homens e mulheres vivem influenciam sua percepção a respeito dos objetos que pretendem dar a conhecer. Embora, não cometam anacronismo e etnocentrismo primários, acabam em algum momento construindo narrativas em que, vez por outra, o eu, o nosso surgem como medida do mundo.

O quinto capítulo, *O problema da linguagem*, é iniciado com as reflexões de Foucault, que à época da *Arqueologia do Saber* enfatizava que o dito é uma porta de entrada aos sistemas de classificação, hierarquização e representação que caracterizam uma sociedade determinada. A linguagem é também, na perspectiva de Silva, um obstáculo por seu caráter marcadamente social, relacionado aos seus usuários e aos seus significados, ambos historicamente mutantes. Os cuidados com a linguagem, que nos anos finais do século XX conheceram notável avanço, são considerados na obra como passos iniciais de uma pesquisa bem-sucedida: a partir do trabalho com o caráter histórico da linguagem, o pesquisador terá condições de elaborar questionamentos pertinentes ao seu objeto. Do contrário, haverá sempre o risco de que o uso inadequado de um termo desfigure uma dada realidade; tal argumento é construído, pelo autor, a partir da análise dos sentidos acumulados do termo colônia na América espanhola, na qual se evidencia comprometimentos de método em pesquisas já clássicas da historiografia colombiana.

Diferente dos conteúdos apresentados até este momento, o primeiro e o último capítulo trazem reflexões gerais sobre o fazer historiográfico. No primeiro capítulo, *História e Ficção*, o autor enfrenta a questão da diferença entre a análise histórica e ficção. Ao invés de apresentar razões para questionar as teorias que incluem a história no rol dos gêneros literários, posição frequente em outros trabalhos sobre o mesmo tema, o autor inicia seu texto afirmando, com Ginzburg (GINZBURG, 2007, p. 07-14), que história e ficção não possuem diferenças fundamentais de natureza. Para ele, ambas são produções culturais e o fato de que na contemporaneidade, a primeira é caracterizada como estudo científico que visa a verdade, enquanto a segunda é entendida como uma atividade imaginativa sem compromisso com real, faz parte de um processo histórico de afirmação da ciência.

Historiadores, cientes das transformações que levaram a essa divisão, não deveriam encontrar, portanto, maiores problemas em aceitar as formas de produção do seu trabalho e não se sentiriam surpreendidos com as teorias que procuram aproximar história e literatura, afinal, ambas as produções travam uma relação de conflito e aceitação desde a Grécia Antiga. Quando se tem claro que a noção de verdade e sua relação com ciência são, também, dados mutáveis ao longo dos tempos, não há porque encarar com desespero os encontros e desencontros da história e da ficção. Por fim, o autor afirma que, se em literatura ou ficção se usa a imaginação livremente, ainda que

esta seja também um dado histórico, em história a imaginação é usada de forma controlada e pesam sobre tal uso, os protocolos de pesquisa, estes também construídos historicamente.

O último capítulo, *A causa soma, consola, dá prestígio, dá patente de superioridade moral e nos permite ter boa consciência perante o próximo*, promove um questionamento duro aos pesquisadores que se debruçam sobre objetos de pesquisa relacionados à ideia de um compromisso político que a pesquisa em história supostamente deve ter; trata-se principalmente de questionar a emergência do amplo conjunto de investigações sobre temas como gênero, diversidade sexual, etnia, minorias, entre outros. Para o autor, a atitude militante e politicamente correta não pode ser elemento suficiente para que produza uma análise histórica de qualidade. Mais além, Silva afirma que muitos dos pesquisadores desses temas se utilizam de anseios sociais concretos e da força política de grupos que clamam por mudanças para garantir seu *status* acadêmico, fomentos às suas pesquisas, melhores posições institucionais, sem, de fato, roçar na realidade que dizem ser necessário modificar. O argumento central é que a militância tem gradativamente substituído o trabalho consciencioso que deve ser desenvolvido por historiadores e historiadoras, e a simples escolha de um objeto que se relacione com os *excluídos da história* serve para que se produza uma análise histórica, ainda que essa não corresponda às exigências da disciplina.

De maneira geral, os capítulos, mesmo independentes, respondem as duas amplas questões que permeiam a obra: a necessidade de recolocar a análise histórica em uma perspectiva para além da escrita e, em consequência, a definição dos diversos elementos mobilizados para a produção dessa análise, que qualificam, portanto, uma prática não espontânea. Em comum, todos os capítulos têm a preocupação de apontar a historicidade do fazer historiográfico na contemporaneidade, de maneira similar àquela defendida por Foucault ao evidenciar que o conhecimento não é uma faculdade humana inata ou uma estrutura universal, mas sim, um acontecimento, resultado de processos históricos e condições que também podem ser postas sob o signo do conhecer (FOUCAULT, 1999, p. 24).

A preocupação de Rénan Silva ganha novas cores quando se parte dessa perspectiva da desnaturalização da ciência histórica na contemporaneidade. A insistência do autor para que os pesquisadores em exercício na última década considerem, sob perspectiva histórica, não somente as teorias e métodos precedentes,

mas principalmente os pressupostos e orientações que pautam, cotidianamente, suas análises, serve, ao mesmo tempo, como um alerta e uma orientação, e explica o título original do livro. *Confissão de parte: evangelário*, o primeiro título da publicação, reclamava o termo cunhado pelo literato Severo Sarduy: *envangelário*, a contração dos termos evangelho e abecedário, significa, nas palavras do autor: “[...] as regras básicas que trato de pôr em marcha no ofício que pratico: a investigação histórica sobre a sociedade e a reflexão epistemológica e ética sobre essa atividade [...]” (SILVA, 2015, p. 127).

Não atentar para as condições do ofício que se pratica e entender que demandas sociais, pressão institucional, emergência de novos objetos, pautas e paradigmas, entre tantos outros, são elementos que pesaram somente na historiografia praticada em outros tempos e espaços é um risco e contribui para naturalizar a atividade investigativa levada a cabo todos os dias por historiadores e historiadoras. Por outro lado, orientar-se a partir dessa reflexão e fazer dela uma parte de todo trabalho investigativo, permite que se estabeleçam a carga de sentido e potenciais efeitos sociais que o trabalho produzido no campo da historiografia pode atribuir à experiência cotidiana.

Por fim, é válido ressaltar que, a despeito da capacidade de síntese (o texto tem pouco mais de 120 páginas) e do tom ensaístico da obra, a erudição em historiografia, a coragem em enfrentar temas que costumam afastar muitos pesquisadores e a capacidade analítica do autor ensejam uma autocrítica da produção historiográfica latino-americana, cuja intenção é avaliar o que se acumulou de saber e *saber fazer* no conjunto de narrativas, teorias e metodologias de pesquisa mobilizadas por historiadores e historiadoras, do passado e do presente. A consciência, declarada pelo autor, do seu lugar de produção, não somente no âmbito da instituição, mas também no sentido de um país cuja trajetória fomenta, no presente, uma visão e um tratamento do passado, ou uma *cultura histórica*, convidam a conhecer os programas em andamento na historiografia latino-americana. Além disso, incentivam a investigação, pelas mesmas vias, das características da historiografia brasileira contemporânea, posto que essa pode, por analogia, encontrar as mesmas dificuldades e vícios identificados por Rénan Silva.

Referências

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 114-119.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Renán. *A la sombra de Clío*. Diez ensayos sobre historia e historiografía. Medellín: La Carreta Histórica, 2007.

Resenha recebida em 13/08/2016. Aprovada em 14/11/2016